O TRABALHO DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS

FLÁVIA CAMACHO

Resumo:

Este estudo analisa o trabalho do psicopedagogo na Educação Infantil de crianças com deficiências, tendo como objetivo determinar de que forma o psicopedagogo contribui para a aprendizagem e a inclusão de alunos com deficiência. Em termos metodológicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, efetuada em livros, artigos, periódicos publicados em meio físico e eletrônico. Justifica-se este estudo pela importância da ação psicopedagógica na Educação Infantil, principalmente nos anos iniciais, pois contribui para o desenvolvimento integral das crianças com deficiência. Considera-se que, além do trabalho psicopedagógico para auxiliar no processo ensino-aprendizagem, é de fundamental importância seu papel no processo de inclusão dessas crianças no meio escolar.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Inclusão. Educação Infantil. Criança com Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma demanda da sociedade, trata-se de uma ação com diversas vertentes (política, social, cultural e pedagógica. Na Constituição Cidadã de1988, em seu artigo 206, inciso I, observa-se a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" sendo esse um dos princípios para a educação e, enquanto dever do Estado, oferecer atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, como se observa no artigo 208), para que pais e/ou responsáveis pela criança com deficiência tenha acesso ao espaço escolar (BRASIL, 1988).

De acordo com Batista (2008):

A inclusão escolar não significa desconsiderar as especificidades e necessidades educacionais de cada aluno. Pelo contrário, inclusão significa preservar os direitos dos alunos de frequentar as escolas comuns e atender às necessidades específicas para que cada aluno alcance seu pleno desenvolvimento (BATISTA, 2008, p. 121)

No mesmo sentindo, encontra-se respaldo na Leis de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n° 9.394/96) que garante acesso à escola de toda criança de 0 a 5 anos e 11 meses anos de idade. E no início da educação básica - Educação Infantil - que ocorre a formação moral do aluno, o sentido da responsabilidade, que fomenta a interação em diversos grupos sociais. Encontra-se nesse contexto, o ambiente adequado para trabalhar a inclusão das crianças com deficiência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei n° 8.069/90, em seu artigo 55, reforça os dispositivos legais quando determina que "os pais ou responsáveis tem a obrigatoriedade de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Porém, na prática cotidiana, é difícil encontrar nas salas de aula da Educação Infantil, crianças com deficiência.

A mencionada LDB garante o direito das crianças com deficiências de ingressar nas salas de Educação Infantil para que se integrem às outras crianças, com intenção de eliminar qualquer discriminação, mas, é importante que os responsáveis por estas crianças saibam do seu direito e utilizem os instrumentos legais para garanti-los.

A discriminação é muito frequente na sociedade e a indiferença presente no dia a dia dessas crianças, reflete-se na instituição escolar que inúmeras vezes não está preparada para acolhê-las de modo adequado.

Um dos caminhos para superar essas dificuldades é fazer uso da rapidez de comunicação que se tem na atualidade, para romper as barreiras do pensamento discriminatório da sociedade e formar cidadãos conscientes, que respeitem as diferenças e convivam com elas sem preconceito ou discriminação.

Da mesma forma o apoio da família é fundamental para o desenvolvimento dessa criança colaborando para desencadear o processo cognitivo, social e afetivo da criança, sendo imprescindível a aceitação da família e da criança para estimular e desenvolver as habilidades, incentivando-a e valorizando-a para que sinta-se incluída.

Para Góes (2005, p. 2) "A confirmação de que a criança é portadora de deficiência mental se apresenta como um transtorno psicológico importante para a família" e, o que quase sempre acontece, é que a família acredita que o(a) filho(a) não é capaz de aprender, porém, há profissionais que trabalham com alunos com deficiência, especificamente crianças.

É o caso do psicopedagogo que tem uma visão nova e diferenciada do desenvolvimento educacional, afetivo, cognitivo e da inclusão que é capacitado para intervir, ou encaminhar para o que for necessário, caso detecte alguma coisa incomum. Para Assis (2007):

(...) apesar de a psicopedagogia ter surgido como uma disciplina complementar da psicologia e da medicina, devido à necessidade do atendimento ao aluno com dificulda-

de de aprendizagem, atualmente esse ramo preocupa-se não só com aluno e sua família, mas com tudo que o cerca, influencia e constrói a escola como instituição a comunidade onde estão inseridos, os professores, a equipe técnica administrativa. (...) dessa forma, é preciso lançar seu olhar para a comunidade, sociedade e a cultura. O foco deixa de ser apenas clínico torna-se também institucional (ASSIS, 2007, p. 19 -20).

A Psicopedagogia estuda o ato de aprender entendido como sentimentos, ações, elaborações no decorrer do processo de aprendizagem e consciência de suas realizações. Pode-se aplicar uma intervenção psicopedagógico educacional ou clínica, sendo educacional ao estudar, analisar e propiciar condições para que o aluno organize e elabore os conhecimentos e os utilize em sua vida.

Nesse breve artigo têm se por objetivo geral analisar a contribuição do psicopedagogo na aprendizagem e na inclusão de alunos com deficiência da Educação Infantil.

2 O TRABALHO DO PSICOPEDAGOGO

O trabalho do psicopedagogo inclui investigar novos processos de aprendizagem para que o aluno consiga aprender, utilizando para isso, testes, atividades, jogos e diversos outros recursos que conduzem a um diagnóstico e elaboração de um plano de intervenção adequado para cada criança.

No caso da Psicopedagogia Clínica é preciso compreender ampla e integradamente os processos cognitivos, emocionais, pedagógicos, sociais e culturais que incidem no aprendizado para que seja facilitado o desenvolvimento da criança em integração com pais, professores e profissionais que fazem parte do espaço escolar.

No âmbito escolar, o psicopedagogo utiliza importantes e específicos instrumentos de avaliação e estratégias para o atendimento dos alunos individualmente, para que eles desenvolvam e possam atingir o aprendizado significativamente, tornando-se agente do seu processo, apropriando-se do saber, tornando-se autônomo e independente para construir seu conhecimento e exercitar-se para sua correta autovalorização.

Segundo Bossa, (2000) o psicopedagogo:

(...) deve estar em constante construção de conhecimento, dentro do ambiente em que o sujeito está inserido, mostrando que aprender é ser capaz de fazer, de refletir sobre essa capacidade e transforma-la, não esquecendo de reconhecer que aprendizagem é vital e inevitável (BOSSA, 2000, p. 30).

Em sua atuação junto aos alunos que necessitam de suporte para desenvolver o processo de aprendizagem, o psicopedagogo é o profissional indicado, assim como para auxiliar o professor que, não raro, sente-se frustrado por não fazer com que esses alunos acompanhem o desenvolvimento dos demais.

Garantir que todos os alunos possam aprender mesmo diante de suas limitações é trabalho fundamental do psicopedagogo, sabendo que o processo de desenvolvimento é diferente para cada criança, sendo que algumas aprendem mais facilmente e outras mais devagar.

É quando a integração entre o professor e o psicopedagogo torna-se imprescindível para a análise de cada criança, adequando os conteúdos de acordo com a demanda de cada um (FERNÁNDEZ, 2001).

Ao mudar as estratégias de ensino contribui-se, inclusive, para que todos aprendam, Há casos, nos quais as estratégias de ensino estão distantes da realidade do aluno prejudicando o processo de inclusão por não atender a necessidade do contexto deste, o que pode ser corroborado em Vieira (2004):

O processo de ressignificação da prática pedagógica se constrói por meio de um processo que se efetiva pela reflexão crítico-reflexiva do professor sobre seu próprio trabalho, isto é, a partir da base do contexto educativo real, nas necessidades reais dos sujeitos, nos problemas e dilemas relativos ao ensino e à aprendizagem (VIEIRA, 2004, p. 86).

O professor ouve o aluno, oferece sua atenção e cuidado para que ele aprenda a expressar-se, a opinar. Verifica-se em Firmino (2001):

As evidências sugerem que um grande número de alunos possui características que requerem atenção educacional diferenciada. Neste sentido, um trabalho psicopedagógico pode contribuir muito, auxiliando educadores a aprofundarem seus conhecimentos sobre as teorias do ensino e aprendizagem e as recentes contribuições de diversas áreas do conhecimento, redefinindo-as e sintetizando-as numa ação educativa (FIRMINO, 2001, p. 121).

Porém, o processo é mais eficaz quando o educador e o psicopedagogo atuam juntos, contribuindo e com um mesmo objetivo, ou seja, que o aluno se envolva em uma ação educativa significativa.

2.1 Contribuições do psicopedagogo no processo de inclusão na Educação Infantil

A atuação preventiva do psicopedagogo contempla várias áreas no espaço escolar, no sentido de compreender os processos de aprendizagem nos anos iniciais da Educação Infantil, utilizando diversas estratégias que

atendam às demandas dos alunos, desempenhando ações no sentido de promover a inclusão, assessorar os educadores a lidar com a aprendizagem significativa do processo, respeitando o desenvolvimento da criança.

Ressalta-se que o fazer psicopedagógico deve ser capaz de transformar o conhecimento por meio de métodos eficazes para a construção da aprendizagem e, notar eventuais dificuldades no processo de inclusão. Segundo Morin (2000):

Cabe ressaltar a necessidade de um diagnóstico diferencial, que vise identificar os transtornos específicos, diagnósticos esse pertencente aos profissionais de diferentes áreas de saber, inserido como diagnósticos complementares à avaliação psicopedagógico (MORIN, 2000, p 83).

Os diagnósticos tem a vantagem de propor ao psicopedagogo o trabalho de inclusão nas series iniciais, o que prepara as crianças a frequentar o espaço escolar sem que se altere o vínculo de integração do professor, com a família e com os que fazem parte do cotidiano das instituições de ensino.

Ao perceber que a criança apresenta alguma característica diferenciada é possível realizar diagnósticos para, de forma adequada, intervir para a inclusão dela no espaço escolar.

Por meio de avaliações com casos clínicos facilita-se o entendimento da proposta psicopedagógico e como a questão de aprendizagem pode ocorrer devida a certas características que, mesmo parecendo “normais” podem ser significativamente diferentes, levando a crer nas possibilidades que o ser humano possui em toda sua complexidade (ABED, 2014).

O psicopedagogo pode direcionar o seu trabalho para a formação continuada do professor, promovendo sua aprendizagem e de seus alunos, de acordo com o que ensina CAVICCHIA, 1996:

(...) a busca de alternativas para a formação dos educadores de creches/pré-escolas e uma das tarefas mais importantes do psicopedagogo preocupado com o caráter preventivo de sua prática nessas instituições. Investigar, analisar e pôr em prática novas propostas para uma formação de educadores que os habilite a estabelecer relações mais maduras e conscientes com as crianças e com a equipe escolar, apresenta-se então, como um dos mais fortes desafios ao psicopedagogo comprometido com a educação infantil em instituições (CAVICCHIA, 1996, p. 210).

O trabalho psicopedagógico preventivo apresenta diversas formas de intervenção:

Releitura e reelaboração no desenvolvimento das programações curriculares, centrando a atenção na articulação dos aspectos afetivos cognitivos, conforme o desenvolvimento integrado da criança e do adolescente;

Análise mais detalhada dos conceitos, desenvolvendo atividades que ampliem as diferentes formas de trabalhar o conteúdo programático. Nesse processo, busca-se que o aluno atue operativamente nos diferentes níveis de escolaridade. Complementa essa prática o desenvolvimento de projetos institucionais para as escolas da rede;

Criação de materiais de orientação, textos, palestras para contribuir com a prática docente, assim como, nas estratégias de ensino-

aprendizagem, desenvolvendo o raciocínio, construindo criativamente o conhecimento, integrando afeto e cognição no diálogo com as informações (FAGALI; VALE, 2003, p. 59).

Para que se realize um bom trabalho psicopedagógico, o psicopedagogo deve estar atualizado com as pesquisas referentes ao pensamento da criança e do adolescente, como interagem com o meio e como constroem e apreendem saberes.

3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O PROCESSO DE INCLUSÃO

Atualmente, o termo "deficientes” é considerado inadequado por trazer uma carga negativa que deprecia a pessoa com deficiência, rotulando-as, fato típico de uma sociedade preconceituosa e sem preparo para a convivência com o que é diferente. De acordo com Ribas (1996):

(...) ignorância não é atributo apenas dos mais pobres ou dos que têm menos estudo. É algo que está presente em todas as camadas sociais, em muitas famílias, grupos de empresários, funcionários do governo (federal, estadual ou municipal) e, até mesmo, em muitos médicos que não se especializaram em reabilitar pessoas portadoras de deficiência ou que não têm prática no tratamento de algumas restrições do corpo (leves ou profundas) (RIBAS, 1996, p. 63)

Diante disso, faz-se necessário afastar o termo "deficiente" e adequar-se ao termo correto que é pessoa com deficiência, que expressa maior respeito por este grupo de pessoas, que antes de serem “deficientes” são “pessoas”, retirando um sentimento preconceituoso causado pelas terminologias antes utilizadas.

A legislação e a educação inclusiva: Garantir acesso e permanência nas escolas comuns regulares é imprescindível para a cidadania das crianças com deficiências. Na Educação Infantil os alunos com deficiência têm a garantia de frequentar o espaço esco-

lar desde os primeiros anos, de acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 2 de 2001:

Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2001).

Segundo a Constituição Cidadã em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Sendo garantido o direito de todos à educação é preciso que sejam oferecidos meios para seu incentivo, desenvolvimento de valores e princípios para que a educação inclusiva se efetive com a participação das pessoas com deficiência sendo preparadas para o mercado de trabalho, o que também é dever de todos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante a proteção integral a criança e ao adolescente, esclarecendo em seu artigo 54, inciso III, (p.22), que "é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: O atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino", sendo instrumento fundamental para uma educação inclusiva de fato.

Desta forma, cabe à escola a valorização da identidade do aluno, inserindo-o no contexto social, percebendo-o como um sujeito ativo e resgatando sua cidadania.

Educação Infantil: É o período que se atende do ponto de vista pedagógico, crianças entre 0 a 5 anos e 11 meses, para promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando-a um ser completo e indivisível, uma vez que, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1988).

E, segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil de 1998 (RCNEI), o ingresso das crianças é fundamental na Educação Infantil:

Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil (BRASIL, 1998, p. 23).

Ainda de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI):

Uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente deve, necessariamente, promover o convívio com a diversidade, que é marca da vida social brasileira. Essa diversidade inclui não somente as culturas, os hábitos e os costumes, mas também as competências, os particulares de cada um (RCNEI, 1998, p. 35).

Em relação às crianças com deficiência, conviver com as outras crianças representa uma inserção no universo social, favorecendo sua aprendizagem e desenvolvimento, formando vínculos que as estimulam e uma acomodação das diferenças e da própria dificuldade.

Relação da Família e o psicopedagogo escolar: O papel da família é de suma importância na formação, uma vez que é no seio familiar que se concebem as raízes e são elaboradas as próprias competências. Sendo esta a primeira instituição social de que a criança participa. A escola deve estar em sintonia com a família, no sentindo de se complementarem, o que contribui significativamente para que a criança com deficiência integre-se ao convívio do espaço escolar, familiar e social para o processo de inclusão.

Na escola, o psicopedagogo observa e diagnosticar o sistema escolar criando condições favoráveis para resolver as questões que surgem, promovendo o comprometimento do ensinar e do aprender. No entendimento de Nascimento, o psicopedagogo na instituição escolar:

(...) é o profissional indicado para assessorar e esclarecer a escola a respeito de diversos aspectos do processo de ensino-aprendizagem e tem uma atuação preventiva. Na escola, o psicopedagogo poderá contribuir no esclarecimento de dificuldades de aprendizagem que não têm como causa apenas deficiências do aluno, mas que são consequências de problemas escolares. Seu papel é analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem em uma instituição. Propõe e auxilia no desenvolvimento de projetos favoráveis às mudanças educacionais, visando evitar processos que conduzam às dificulda-

des da construção do conhecimento (NASCIMENTO, 2013, p. 01).

Para a Psicopedagogia a aprendizagem é um processo por meio da qual um ser com disposições afetivas e intelectuais, que interferem na relação desse ser com o meio, sendo que essas disposições influenciam e são influenciadas pelas condições socioculturais em que ele vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o primeiro momento da criança fora de sua primeira experiência social (família), é onde tudo acontece e, esta é a razão pela qual a Psicopedagogia torna-se tão importante, uma vez que poderá contribuir para amenizar os reflexos negativos que poderiam impedir o desenvolvimento social e cognitivo da criança com deficiência, ao trabalhar de forma integral com a escola e os pais e/ou responsáveis, no sentido de traçar claros objetivos, planejar e projetar para que as demandas dessas crianças sejam atendidas em sua totalidade.

A inclusão é uma necessidade tanto da escola, como da sociedade, sendo ainda mais importante para as pessoas com deficiência, que sentem-se valorizadas, respeitadas e preparadas para exercer sua cidadania. Para o psicopedagogo é necessário que componha seus conhecimentos, atue e atenda de forma significativa no processo de inclusão; a escola deve desenvolver competências em favor da inclusão dessas crianças, com ações que visem a interação desses alunos, garantindo-lhes a construção do conhecimento.

Compreender que as pessoas com deficiência possuem limitações é uma visão preconceituosa, pois se estimuladas elas desenvolvem várias habilidades. A contribuição que o psicopedagogo pode oferecer para diminuir a distância entre ao que se aplica à aprendizagem e ao comprometimento e diálogo que a família deve ter com a escola é essencial para que se obtenha sucesso. A psicopedagogia ressalta que é preciso considerar a pessoa como um corpo que possui emoções, sensações, inteligência e cultura.

Por meio de uma relação rica com os profissionais da escola e as família é possível leva-los a conhecer a ação educativa que a escola proporciona aos seus filhos, o que traz benefícios para ambos e sensação de bem estar, por saber como é o ambiente em que seus filhos estão inseridos.

Sociedade e escola precisam repensar convicções, abrir-se às necessárias mudanças de paradigmas em relação a inclusão, sendo que a escola possui a missão de adotar profissionais que facilitem a compreensão desse processo que só trará benefícios para todos.

O psicopedagogo tem papel relevante nas instituições de ensino, sendo sua relação com as famílias um fator indispensável para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência, principalmente na Educação Infantil, que são os primeiros passos do aluno na sua vida escolar.

Ao efetuar essa pesquisa verifica-se a grande contribuição em relação ao conhecimento do tema, compreendendo a possibilidade de utilização deste estudo para outras pesquisas e aprofundamento do tema para que se possa refletir sobre a importância do psicopedagogo no processo de inclusão.

Referências

ABED, A. L. Z. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014pdf/15891-habilidades-socioemocionais-produto-1-pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

ASSIS, A. L. A. Influências da psicanálise na educação: uma prática psicopedagógica. Curitiba: IBPEX. 2007.

BARBOSA, I. R. et al (2013). Análise da distribuição espacial da tuberculose na região Nordeste do Brasil, 2005-2010. Maranhão: Epidemiologia e Serviços de Saúde. v. 22, nº 4, p. 687-695. 2013.

BATISTA, C. A. M. Atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência mental. In: MANTOAN, M. T. E. O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis/RJ: Vozes. 2008.

BOSSA, N. A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática – 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.

FAGALI, E. Q.; VALE, Z. D. R. Psicopedagogia Institucional aplicada:

aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. 8ª ed. Petrópolis: Vozes. 2003.

FERNÁNDEZ, A. Os Idiomas do Aprendente: Análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

GÓES, F. A. B. Um encontro inesperado: uma abordagem psicanalítica. Recife: Imprensa Universitária. 2005.

NASCIMENTO, F. D. O papel do Psicopedagogo na instituição escolar. Faculdade Integrada Aparício Carvalho (FIMCA), 2013.